

Propostas dificultam a votação

Brasília — Os deputados apresentaram nada menos que 105 emendas ao pacote fiscal do governo, em menos de 24 horas. Mas, a despeito da criatividade dos parlamentares, o que se observou foi que a quase totalidade — inclusive os líderes partidários — não tinha condições, até ontem à noite, de fazer uma análise global das propostas apresentadas.

“Nunca me vi em tanta dificuldade na minha vida tendo que examinar matérias tão complexas e diferentes num espaço de tempo tão curto”, desabafou o líder do PDS na Câmara, deputado Prisco Viana. Seu partido, contudo, foi o responsável pelo maior número de emendas apresentadas: encaminhou 40, enquanto o PFL apresentou 20 alterações, o PMDB 18, o PTB 12, o PT 11 e o PDT apenas quatro emendas ao pacote fiscal do governo.

Polêmica

De todas as emendas apresentadas, a de número 95, de autoria do PT, que contou com o apoio do líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, foi a mais polêmica: propõe a eliminação do privilégio dos militares, magistrados e deputados, de pagar imposto de renda apenas sobre a parte fixa dos seus salários e determina o pagamento do imposto sobre o total dos rendi-

mentos. Com isso, essas categorias profissionais “passariam a pagar imposto como qualquer mortal” segundo José Genoíno (PT-SP).

— Essa emenda vai ser uma verdadeira bomba. Só quero ver como os parlamentares da Aliança Democrática, que se dizem defensores da justiça social, vão reagir — dizia José Genoíno, que durante todo o dia de ontem esteve esperando a repercussão da emenda do seu partido.

Todos os deputados ouvidos declararam que esta emenda do PT é uma proposta “justa, lógica e normal”. Para, logo em seguida, argumentarem, como o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS): “É uma questão que precisa de muito tempo para ser examinada porque, pelo menos no caso dos parlamentares, há de se considerar que eles têm despesas peculiares ao exercício do mandato, no contato com os eleitores”.

— Nós estamos sujeitos a mordidas que outras categorias não estão. Quem você acha que paga a conta nos restaurantes, quando num grupo está presente um deputado? Você acha que um político pode negar, por exemplo, o avançamento de uma receita médica a um eleitor? — perguntou o deputado.